

# PUBLICIDADE LEGAL

**CORTUME KRUMENAUER S/A.**  
 Sociedade Anônima de Capital Fechado  
 CNPJ Nº 97.191.597/0001-30  
 NIRE Nº 43300015092 - PORTÃO-RS.  
 ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
 1a. Convocação

Convidamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 02 de maio de 2023, às 17:00 horas, na sede social da empresa, sita na Estrada Júlio de Castilhos nº 7.979, em Portão-RS., para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

a) – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;  
 b) – Apreciar o resultado do exercício;  
 c) – Fixar a remuneração da diretoria;  
 d) – Outros assuntos de interesse social.

Portão-RS., 22 de fevereiro de 2023.  
 JAIR KRUMMENAUER - Diretor Financeiro  
 LUCAS KRUMMENAUER - Diretor Administrativo  
 JOEL KRUMMENAUER - Diretor Comercial

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**Sonda Transportes S/A**CNPJ nº 88.584.875/0001-29  
NIRE 43.300.035.999**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Srs. Acionistas, que se encontram a disposição dos mesmos o relatório da administração, bem como cópia das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a que se refere o Art. 133, La Lei 6.404/76, na sede social da companhia, sita a Av. Rubem Bento Alves, nº 380, bairro Sagrada Família, em Caxias do Sul, RS.

Caxias do Sul, RS, 27 de março de 2023.

Joel Marcos Sonda - Anacleto Sonda - Diretores

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**STE - SERVIÇOS  
TÉCNICOS DE  
ENGENHARIA S/A**

CNPJ nº 88.849.773/0001-98

NIRE 43 3 0000418-0

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E  
EXTRAORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO**

Convidamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar na sede social da companhia, rua Saldanha da Gama, 225 – bairro Harmonia, CEP 92.310-630, Canoas/RS, às 14:30 horas do dia 17 de abril de 2023, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Tomada de contas dos Administradores, exame e aprovação do relatório e demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. 2) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. 3) Fixação da remuneração dos Administradores. 4) Deliberação acerca dos dividendos estatutários conjuntos com os juros remuneratórios do capital próprio, e 5) Aumento do Capital Social mediante capitalização de reservas, bem como a correlata alteração Estatutária.

Canoas/RS, 03 de abril de 2023.  
ROBERTO LINS PORTELLA NUNES  
Presidente.

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A.  
 PARTICIPAÇÕES  
 CNPJ 87.456.562/0001-22  
 NIRE 43.300.009.882  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**Assembleia Geral Ordinária**  
 Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **27 de abril de 2023, às 16:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:  
 a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;  
 b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;  
 c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e  
 d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores.  
 Informamos, em atenção ao disposto na Resolução CVM 70, de 22.03.2022, que o percentual mínimo de participação no capital votante, necessário ao requerimento de adoção do voto múltiplo, é de 5% (cinco por cento).  
 Porto Alegre/RS, 04 de abril de 2023.  
**Luciano Adures de Oliveira**  
 Presidente do Conselho de Administração

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

FERRAGENS VIANNA S.A. – IMPORTADORA E  
COMÉRCIO EM GERAL  
CNPJ 92.192.236/0001-95  
NIRE 43.300.016.901  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**Assembleia Geral Ordinária**  
Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **27 de abril de 2023**, às **17:15 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:  
a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;  
b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e  
c) fixar o montante da remuneração dos administradores.  
Porto Alegre/RS, 04 de abril de 2023.  
A Diretoria  
**Augusto Lauro de Oliveira Júnior**  
**Luciano Adures de Oliveira**  
**Sérgio Martins de Oliveira**

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**REAL EMPREENDIMENTOS S.A.**  
 CNPJ 92.213.552/0001-04  
 NIRE 43.300.011.429  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**Assembleia Geral Ordinária**

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **27 de abril de 2023**, às **15:00 horas**, na sede social, situada na cidade Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício-social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e

d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre/RS, 04 de abril de 2023.  
**Augusto Lauro de Oliveira Júnior**  
 Presidente do Conselho de Administração

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**PEROLI S.A. PARTICIPAÇÕES**

CNPJ 01.093.994/0001-09

NIRE 43.300.034.381

**Assembleia Geral Ordinária****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **27 de abril de 2023**, às **17:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e

c) fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre/RS, 04 de abril de 2023.

**A Diretoria****Augusto Lauro de Oliveira Junior****Luciano Adures de Oliveira****Sérgio Martins de Oliveira**

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

## VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 06.016.348/0001-53 - NIRE 43 3 0004554 4

### Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na sede social da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), situada na Avenida Carlos Gomes, nº 222, sala 701, Parte 4, Auxiliadora, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90480-000, às 10h (dez horas) do dia 25 de abril de 2023, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **ORDEM DO DIA:** (a) análise, discussão e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer de Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício de 2022, além da distribuição dos dividendos. Todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária ora convocada se encontram à disposição dos Acionistas na sede da Companhia. Porto Alegre, 05 de abril de 2023.  
Jose Castellanos Ybarra - Presidente do Conselho de Administração.

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

**Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T**  
 Companhia Aberta - CNPJ nº 92.715.812/0001-31 - NIRE 43.300.007.693

**Ata da 238ª Assembleia Geral Extraordinária - Realizada em 10 de Janeiro de 2023**

**I. Dia, Hora e Local:** Aos 10 (dez) dias de janeiro de 2023, às 09h00 (nove horas), na sede social da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CPFL Transmissão" ou "Companhia"), localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Bairro Navegantes, CEP 90230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **II. Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, em vista da presença da acionista CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("CPFL Cone Sul" ou "Acionista"), representando a totalidade do capital social. **III. Presença:** Compareceu à Assembleia a acionista CPFL Cone Sul, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no "Livro de Presença de Acionistas". **IV. Mesa:** Presidente, Gustavo Estrella, e Secretário, Pedro Vitor Dias Trindade. **V. Ordem do Dia: (I) Eleição** de membro do Conselho de Administração da Companhia. **VI. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** (1) dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, uma vez que são do inteiro conhecimento do acionista; (2) autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão da assinatura do acionista, nos termos do art. 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76; (3) dispensada, por unanimidade, a presença de membros da administração da Companhia e do auditor independente, nos termos do art. 134, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76. **VII. Deliberação:** Após a análise e discussão relacionadas a matéria constante da Ordem do Dia, a Acionista deliberou por: (I) **Eleger** o Sr. **XINJIAN CHEN**, chinês, casado, administrador, portador da cédula de identidade de estrangeiros RNM nº G371933-C, inscrito no CPF/ME sob o nº 239.885.728-02, com endereço comercial na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, como **Membro do Conselho de Administração da Companhia**, com prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023. O membro do Conselho de Administração ora eleito tomará posse mediante assinatura do Termo de Posse e declara estar desimpedido, nos termos do artigo 147, §1º, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos da Instrução da CVM nº 367, de 29 de maio de 2002. **VIII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Única acionista CPFL Cone Sul. (por seus representantes Ricardo Motoyama de Almeida e Flávio Henrique Ribeiro). A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Porto Alegre, 10 de janeiro de 2023. **Mesa: Gustavo Estrella** - Presidente da Mesa; **Pedro Vitor Dias Trindade** - Secretário. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certifico registro sob o nº 8798389 em 14/03/2023 da Empresa COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T, CNPJ 92715812000131 e protocolo 230176151 - 23/01/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

**BAIXE O APP JC**

DISPONÍVEL NO **Google play**      DISPONÍVEL NA **App Store**

**ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!**

# PUBLICIDADE LEGAL

 **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T**  
 Companhia Aberta - CNPJ nº 92.715.812/0001-31 - NIRE 43.300.007.693  
**Ata da 714ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração**  
**Realizada em 16 de Dezembro de 2022**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro de 2022, às 17h00 (dezesete horas), na Rua Dr. João Inácio, 859, Navegantes, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90230-181. **2. Convocação:** Convocada na forma do Artigo 23, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Presenças:** A maioria dos membros do Conselho de Administração ("Conselho"). Fica registrado que os Srs. Futao Huang e XinJian Chen, na qualidade de membros indicados, participaram da reunião como ouvintes. **4. Mesa:** Presidente - Gustavo Estrella e Secretário - Pedro Vitor Dias Trindade. **5. Assuntos Tratados e Deliberação:** Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes. Foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia e aprovada sua publicação, com a omissão das assinaturas dos conselheiros e a supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais. **6. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, o Conselho deliberou por maioria de votos: **(i) Aprovar, nos termos do nº de Referência 2022485-C,** o cancelamento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, e da Política de Negociação de Valores Mobiliários; e **(ii) Eleger** o Sr. **José Alexandre Almeida Serra**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.747.462-1, registrado sob o CPF/ME nº 147.727.268-29, com endereço comercial na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, para posição de **Diretor de Engenharia**, para completar o mandato unificado da Diretoria Executiva, a partir da data de assinatura do Termo de Posse, até a primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorrer logo após Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 2023. O membro da Diretoria Executiva ora eleito declarou, para os fins do art. 147, § 1º, da Lei nº 6.404/76 e sob as penas da lei, que não está incurso em quaisquer crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividades empresariais e a administração de sociedades, nem impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Dessa forma, o membro da Diretoria ora eleito toma posse em seu cargo mediante a assinatura do Termo de Posse no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia, além de termo específico constando a referida declaração de desimpedimento. Assim, fica consignada a Diretoria Executiva da Companhia conforme a seguir: **(a) Sr. André Luiz Gomes da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade RG nº 259753464, inscrito no CPF/ME sob o nº 246.744.258-67, para posição de **Diretor Presidente**; **(b) Sr. Celso Guimarães Filho**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade RG nº 4897978, inscrito no CPF/ME sob o nº 053.338.748-59, para posição de **Diretor de Operações**; **(c) Sr. Yuehui Pan**, chinês, casado, contador, portador da cédula de identidade de estrangeiros RNM nº V739928-Q e inscrito no CPF/ME sob o nº 061.539.517-16, para posição de **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**; e **(d) José Alexandre Almeida Serra**, acima qualificado, para a posição de **Diretor de Engenharia**, todos com endereço comercial na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo. Todos os membros da Diretoria Executiva foram eleitos para um mandato unificado até a primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorrer logo após Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 2023. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida, aprovada e assinada por todos os membros presentes e pelo Secretário. Sr. Gustavo Estrella (Presidente da Mesa), Sr. Yuehui Pan, Sr. Luis Henrique Ferreira Pinto, Sr. Vitor Fagali de Souza e Sr. Pedro Vitor Dias Trindade (Secretário). A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Porto Alegre, 16 de dezembro de 2022. **Gustavo Estrella** - (Presidente); **Pedro Vitor Dias Trindade** - (Secretário). **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul:** Certifico registro sob o nº 8794568 em 13/03/2023 da Empresa COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T, CNPJ 92715812000131 e protocolo 224841980 - 23/01/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

**Jornal do Comércio**

O Jornal de economia e negócios do RS

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T**  
 Companhia Aberta - CNPJ nº 92.715.812/0001-31 - NIRE 43.300.007.693

**Ata da 237ª Assembleia Geral Extraordinária - Realizada em 30 de Dezembro de 2022**

**I. Dia, Hora e Local:** Aos 30 (trinta) dias de dezembro de 2022, às 13h00 (treze horas), na sede social da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CEEE-T" ou "Companhia"), localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Bairro Navegantes, CEP 90230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **II. Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, em vista da presença da acionista CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("CPFL Cone Sul" ou "Acionista"), representando a totalidade do capital social. **III. Presença:** Compareceu à Assembleia a acionista CPFL Cone Sul, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no "Livro de Presença de Acionistas". **IV. Mesa:** Presidente, Gustavo Estrella, e Secretária, Jéssica Soboslay Martins. **V. Ordem do Dia:** (I) **Aprovar** a declaração de Juros sobre Capital Próprio (JCP); **VI. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** (1) dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, uma vez que são do inteiro conhecimento do acionista; (2) autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão da assinatura do acionista, nos termos do art. 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76; (3) dispensada, por unanimidade, a presença de membros da administração da Companhia e do auditor independente, nos termos do art. 134, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76. **VII. Deliberações:** Após a análise e discussão relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, a Acionista deliberou: (I) **Aprovar** a declaração de Juros sobre Capital Próprio ("JCP"), a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022, sendo que os registros contábeis correspondentes ocorrerão até 31 de dezembro de 2022, no valor total de até R\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões reais). Os pagamentos serão efetuados em datas a serem definidas pelos Diretores, de acordo com a disponibilidade de caixa da empresa. **VIII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Única acionista CPFL Cone Sul. (por seus representantes Ricardo Motoyama de Almeida e Flávio Henrique Ribeiro). Porto Alegre, 30 de dezembro de 2022. **Mesa: Gustavo Estrella** - Presidente da Mesa; **Jéssica Soboslay Martins** - Secretária. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certifico registro sob o nº 8744821 em 16/02/2023 da Empresa COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T, CNPJ 92715812000131 e protocolo 230026737 - 11/01/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

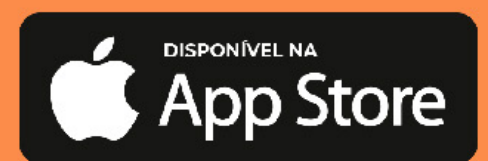
**Jornal do Comércio**  
 O Jornal de economia e negócios do RS

# BAIXE O APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

- Últimas notícias
- Versão para folhear
- Notificações das notícias mais importantes





# PUBLICIDADE LEGAL

**Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T**  
 Companhia Aberta - CNPJ nº 92.715.812/0001-31 - NIRE 43.300.007.693

**Ata da 236ª Assembleia Geral Extraordinária - Realizada em 16 de Dezembro de 2022**

**I. Dia, Hora e Local:** Aos 16 (dezesesseis) dias de dezembro de 2022, às 10h00 (dez horas), na sede social da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CEEE-T" ou "Companhia"), localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Bairro Navegantes, CEP 90230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **II. Mesa:** Presidente, Sr. André Luiz Gomes da Silva, e Secretária, Sra. Giovana Sartori Tchian. **III. Presença:** A totalidade dos acionistas da Companhia. **IV. Presença e Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, em vista da presença da acionista CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda., representando a totalidade do capital social. **V. Ordem do Dia:** (a) Aprovar o cancelamento das ações de emissão da Companhia, que se encontram em tesouraria; e (b) Aprovar a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social, para refletir a nova quantidade de ações da Companhia. **VI. Deliberações Tomadas:** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, a Acionista deliberou, sem quaisquer ressalvas, por: (a) **Aprovar** o cancelamento da totalidade das ações de emissão da Companhia que se encontram em tesouraria, sendo 26.787 (vinte e seis mil, setecentas e oitenta e sete) ações ordinárias e 39.216 (trinta e nove mil, duzentas e dezesesseis) ações preferenciais. (b) **Aprovar** a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a nova composição de ações após o cancelamento acima deliberado, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 981.342.763,72 (novecentos e oitenta e um milhões, trezentos e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), representado por 9.592.444 (nove milhões, quinhentas e noventa e duas mil, quatrocentas e quarenta e quatro) ações, sem valor nominal, sendo 9.480.088 (nove milhões, quatrocentas e oitenta mil e oitenta e duas), ações ordinárias e 112.356 (cento e doze mil, trezentas e cinquenta e seis) ações preferenciais, sem direito a voto, todas nominativas."** **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Porto Alegre, 16 de dezembro de 2022. **Mesa: André Luiz Gomes da Silva - Presidente da Mesa; Giovana Sartori Tchian - Secretária. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul:** Certifico registro sob o nº 8681097 em 20/01/2023 da Empresa COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T, CNPJ 92715812000131 e protocolo 230083668 - 11/01/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

**BAIXE O APP JC**

DISPONÍVEL NO **Google play**      DISPONÍVEL NA **App Store**

**ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!**

# PUBLICIDADE LEGAL

**Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T**  
 Companhia Aberta - CNPJ nº 92.715.812/0001-31 - NIRE 43.300.007.693

**Ata da 715ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração**  
 Realizada em 20 de Janeiro de 2023

**1. Data, Hora e Local:** Aos 20 (vinte) dias do mês de janeiro de 2023, às 16h00, na Rua Dr. João Inácio, 859, Navegantes, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90230-181.  
**2. Convocação:** Convocada na forma do Artigo 23, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia.  
**3. Presenças:** A maioria dos membros do Conselho de Administração ("Conselho"). Fica registrado que os Srs. Futao Huang e XinJian Chen, na qualidade de membros indicados, participaram da reunião como ouvintes.  
**4. Mesa:** Presidente - Gustavo Estrella e Secretário - Pedro Vitor Dias Trindade.  
**5. Assuntos Tratados e Deliberação:** Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes. Foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia e aprovada sua publicação, com a omissão das assinaturas dos conselheiros e a supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais.  
**6. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, o Conselho deliberou por maioria de votos: (i) **Aprovar, nos termos do nº de Referência 2022487-C**, a execução de Contrato de Compartilhamento de Custos Corporativos ("Contrato") entre a CPFL Transmissão e entre a CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista"), Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga"), Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz"), RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE"), CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis") e CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"), em conjunto denominadas "Empresas do Grupo CPFL", conforme as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") na Resolução nº 948/2021, condicionada à anuência prévia da ANEEL e de acordo com as seguintes condições: (i.a) o valor de cada empresa corresponderá ao percentual baseado no critério de Ativo Imobilizado Bruto, de acordo com material arquivado na sede da Companhia; e (i.b) o Contrato terá vigência de 05 (cinco) anos, a partir da data de sua assinatura. (ii) **Tomaram conhecimento, nos termos do Número de Referência 2023025-CEEET**, da atualização dos valores monetários referentes às competências estatutárias, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano de 2022 (5,78509%).  
**7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida, aprovada e assinada por todos os membros presentes e pelo Secretário. Sr. Gustavo Estrella (Presidente da Mesa), Sr. Yuehui Pan, Sr. Luis Henrique Ferreira Pinto, Sr. Vitor Fagali de Souza e Sr. Pedro Vitor Dias Trindade (Secretário). A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Porto Alegre, 20 de janeiro de 2023. **Gustavo Estrella** - (Presidente); **Pedro Vitor Dias Trindade** - (Secretário). **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul:** Certifico registro sob o nº 8793736 em 13/03/2023 da Empresa COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T, CNPJ 92715812000131 e protocolo 230386831 - 14/02/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

**Jornal do Comércio**  
 O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O  
**APP JC**

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias  
 Versão para folhear  
 Notificações das notícias mais importantes





# PUBLICIDADE LEGAL

<b>DELLAMED S.A.</b>			
CNPJ: 11.666.105/0001-09 - NIRE: 43.300.065.995			
<b>RELATÓRIO DA DIRETORIA</b>			
<b>Senhores Acionistas:</b> Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas. <b>Caxias do Sul, 28 de fevereiro de 2022. A Diretoria</b>			
<b>Balanco Patrimonial Findo em 31 de Dezembro de 2022</b>			
<b>ATIVO</b>	<b>2022 RS</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2022 RS</b>
<b>CIRCULANTE:</b>		<b>CIRCULANTE:</b>	
<b>Disponibilidades:</b>		Fornecedores nacionais	3.153.713,13
Caixa e depósitos bancários à vista	7.971.382,41	Instituições financeiras	39.792.431,94
	<b>7.971.382,41</b>	Ordenados e salários	569.457,55
<b>Direitos realizáveis:</b>		Adiantamento de clientes	90.275,42
Contas a rec. de clientes merc. interno	37.013.967,49	Impostos e contribuições sociais	393.353,47
Títulos a receber	100.000,00	Impostos Parcelados	173.372,90
Adiantamento a fornecedores	196.411,15	Contribuição social - Lei n. 9.430/96	462.362,69
Impostos a recuperar	774.385,47	Provisão para imposto de renda	1.921.370,73
Importações em andamento	6.523.369,07	Dividendos	3.075.156,45
Estoques	18.851.375,04	<b>Total do passivo circulante:</b>	<b>49.631.494,28</b>
Outras contas a receber	370.357,02	<b>NAO CIRCULANTE:</b>	
	<b>63.829.865,24</b>	Instituições Financeiras	9.405.186,05
<b>Aplicações de recursos em despesas</b>	<b>14.400,36</b>	Impostos Parcelados	86.686,45
<b>Total do ativo circulante :</b>	<b>71.815.648,01</b>	Dividendos	2.430.000,00
<b>NAO CIRCULANTE:</b>		<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>11.921.872,50</b>
<b>Ativo realizável a longo prazo:</b>		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>	
Depósitos judiciais	188.497,14	<b>Capital social</b>	500.000,00
Títulos a receber	100.000,00	<b>Reservas de lucros:</b>	
<b>Total do realizável a longo prazo:</b>	<b>288.497,14</b>	Reserva legal	100.000,00
<b>Investimentos</b>	<b>441,42</b>	Lucros a disposição da assembleia	14.328.536,37
<b>Imobilizado</b>	<b>1.858.027,90</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>14.928.536,37</b>
<b>Intangível</b>	<b>2.519.288,68</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>76.481.903,15</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.666.255,14</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>76.481.903,15</b>		
<b>Demonstração do Resultado - Corresponde ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022</b>		<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto Corresponde ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022</b>	
	<b>2022 RS</b>		<b>2022 RS</b>
<b>Receitas de Vendas</b>		<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:</b>	
Vendas de produtos e serv. merc. interno	136.675.192,89	<b>Resultado do Exercício</b>	<b>11.757.313,76</b>
Menos: IPI sobre vendas	(1.815.358,12)	<b>Ajustes para conciliar os resultados às disponibilidades geradas pelas ativ. operac.</b>	
Receita bruta	<b>134.859.834,77</b>	Depreciação e amortização	239.860,33
<b>Deduções:</b>		<b>Varições nos ativos e passivos:</b>	
Impostos sobre vendas	(5.179.881,24)	(Aumento)redução em contas a rec. clientes	(16.724.139,47)
Vendas canceladas	(2.865.086,51)	(Aumento)redução em outras contas a receber	3.205.341,62
<b>Recapta líquida</b>	<b>126.814.667,02</b>	(Aumento)redução nos estoques	(9.567.403,79)
<b>Custo das Vendas</b>	<b>(81.612.019,30)</b>	(Aumento)redução em fornecedores	1.873.047,46
<b>Lucro bruto</b>	<b>45.202.647,72</b>	(Aumento)redução em contas a pagar	1.742.674,81
<b>Despesas (Receitas) Operacionais:</b>		<b>(1) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(7.473.305,28)</b>
Despesas com vendas	(15.530.191,14)	<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento:</b>	
<b>Despesas gerais e administrativas:</b>		Aquisição de investimentos.	(100,75)
Honorários dos administradores	(585.000,00)	Aquisição de imobilizado e intangível	(3.054.604,60)
Salários e encargos sociais	(1.187.852,04)	<b>(2) Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(3.054.705,35)</b>
Despesas de administração	(3.390.829,90)	<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	
Depreciações e amortizações	(239.860,32)	Varição de empréstimos e financiamentos	21.600.181,66
Outras despesas administrativas	(359.896,41)	Amortização de parcelamentos de impostos e contribuições sociais	(98.533,95)
<b>Outras receitas (despesas) operac. líquidas</b>	<b>255.158,44</b>	Lucros distribuídos	(3.526.328,44)
<b>Lucro operac. antes result. Finance.</b>	<b>24.164.153,35</b>	<b>(3) Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>17.975.319,27</b>
<b>Resultado financeiro:</b>		<b>(4) Líquido de caixa e equivalentes de caixa (1-2-3)</b>	<b>7.447.308,64</b>
Despesas financeiras	(9.183.940,81)	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	524.073,77
Receitas financeiras	2.752.350,98	Caixa e equivalentes de caixa ao fim do período	7.971.382,41
<b>Lucro antes da CSLL e do IRPJ</b>	<b>17.732.563,52</b>	<b>Varição das disponibilidades</b>	<b>7.447.308,64</b>
Contribuição Social Lei n. 9.430/96	(1.588.036,71)		
Provisão para Imposto de Renda	(4.387.213,05)		
<b>Lucro líquido do exercício .</b>	<b>11.757.313,76</b>		
<b>Lucro por cota do capital social</b>	<b>RS 23,51</b>		
<b>Demonstração dos Lucros a Disposição da Assembléia Corresponde em 31 de Dezembro de 2022</b>			
	<b>2022 RS</b>		
Saldo no início do exercicio o	6.097.551,05		
Destinações aprovadas no exercicio			
Dividendos	(3.526.328,44)		
Saldo inicial ajustad o	2.571.222,61		
Lucro líquido do exercicio	11.757.313,76		
<b>Saldo no final do exercicio</b>	<b>14.328.536,37</b>		
<b>Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis Levantadas - Em 31 de Dezembro de 2022</b>			
<b>NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL:</b> A empresa DELLAMED S.A. foi constituída sob o tipo jurídico de sociedade limitada, com documentos constitutivos arquivados na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob NIRE 43.108.124.474, em sessão de 09 de março de 2010, iniciando suas atividades operacionais em 01 de março de 2010 e transformada em Sociedade por Ações, com Ato Constitutivo de S.A. registrado sob o novo NIRE 43.300.065.995 em 19 de janeiro de 2021, tendo por atividade principal o comércio de artigos, equipamentos e acessórios da linha médica, hospitalar, odontológica, ortopédica e fisioterapia. <b>NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:</b> 2.1 Base de apresentação: As demonstrações financeiras da empresa foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. 2.2 Das demonstrações contábeis: Em virtude do processo de reestruturação administrativa e contábil desenvolvido pela empresa, não são apresentadas as demonstrações contábeis do ano anterior, o que deve ser levado em consideração para fins de análise. 2.3 Principais práticas contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras merecem destaque as seguintes práticas contábeis: a. <b>Estoques:</b> Os estoques, representados totalmente por mercadorias para revenda, foram valorizados ao custo médio de aquisição. Os valores atribuídos aos estoques não superam os preços de mercado. b. <b>Aplicações de recursos em despesas:</b> Referem-se as despesas pagas antecipadamente, que serão apropriadas ao resultado quando incorridas, em obediência ao regime de competência. c. <b>Investimentos:</b> Estão demonstrados ao custo de aquisição. d. <b>Imobilizado:</b> Está demonstrado ao custo de aquisição, menos depreciações acumuladas. As depreciações, são calculadas pelo método linear sobre o custo das aquisições, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens. e. <b>Intangível:</b> Está demonstrado ao custo de aquisição, menos amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear sobre o custo das aquisições, com base em taxas determinadas em função do prazo previsto na legislação em vigor. f. <b>Instituições financeiras:</b> Os empréstimos e financiamentos, acham-se atualizados pelos encargos contratados classificados no Passivo Circulante e Não Circulante, segundo os seus vencimentos. g. <b>Impostos parcelados:</b> Os impostos e contribuições vencidos foram negociados, por parcelamento ordinário e classificados no Passivo Circulante e Não Circulante, segundo Normas Contábeis em vigor. Referidos impostos e contribuições estão atualizados na forma da lei, até a presente data. h. <b>Contribuição Social Lei n. 9.430/96:</b> A provisão para pagamento da contribuição social, foi constituída a razão de 9%, sobre o lucro contábil ajustado, em conformidade com a legislação vigente. i. <b>Provisão para imposto de renda:</b> A provisão para imposto de renda foi constituída, com base na alíquota nominal de 15% sobre o lucro ajustado, e acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$20.000,00 mensais.			
<b>NOTA 3 - ESTOQUES:</b>			
Mercadorias de revenda	18.851.375,04		
<b>Total dos estoques</b>	<b>18.851.375,04</b>		
<b>NOTA 4 - INVESTIMENTOS</b>			
Em outras empresas	441,42		
Total de investimentos	441,42		
<b>NOTA 5 - IMOBILIZADO:</b>			
	<b>Valor Original</b>	<b>Depreciação</b>	
Máquinas e equipamentos industriais	907.037,58	(145.149,52)	
Móveis e utensílios	403.618,22	(102.197,65)	
Instalações administrativas	131.164,28	(28.873,28)	
Equipamentos de informática	453.605,45	(125.207,51)	
Beneficiárias em prédios de terceiros	242.141,93	(41.846,39)	
Imobilizações em andamento	163.734,79	0,00	
<b>Total do imobilizado</b>	<b>2.301.302,25</b>	<b>(443.274,35)</b>	
Depreciações acumuladas	(443.274,35)		
<b>Total do imobilizado</b>	<b>1.858.027,90</b>		
<b>NOTA 6 - INTANGÍVEL:</b>			
	<b>Valor Original</b>	<b>Amortização</b>	
Sistemas de dados software	156.821,87	(57.220,75)	
Marcas e patentes	180.000,00	0,00	
Intangível em andamento	2.239.687,56	0,00	
<b>Total do intangível</b>	<b>2.576.509,43</b>	<b>(57.220,75)</b>	
Amortizações acumuladas	(57.220,75)		
<b>Total do intangível</b>	<b>2.519.288,68</b>		
<b>NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL:</b> Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e totalmente realizado é de R\$ 500.000,00 composto por 500.000 quotas, todas no valor de emissão de R\$ 1,00 cada uma.			
<b>FELIPE DELLA GIUSTINA</b> Diretor Presidente CPF 014.422.980-30		<b>PEDRO C. FREITAS</b> Contador CRC/RS 44.039/0 CPF 344.616.390-53	

ACOMPANHE COM PRATICIDADE AS NOTÍCIAS MAIS IMPORTANTES E EXCLUSIVAS DO DIA



BAIXE O APP JC





**Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A**  
CNPJ nº 01.754.239/0001-10 www.dufrio.com.br

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.355	22.490	Fornecedores	13	440.797	430.585
Contas a receber	6	226.464	209.879	Financiamentos e empréstimos	14	367.956	296.925
Estoques	7	693.665	627.922	Instrumentos financeiros derivativos	4	6.849	-
Adiantamentos a fornecedores		87.160	99.317	Impostos e contribuições	8	4.659	7.562
Impostos a recuperar	8	30.993	73.193	IRPJ e CSLL		-	3.870
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	97.419	-	Salários e encargos		21.244	19.770
Instrumentos financeiros derivativos	4	-	3.489	Dividendos e juros sobre capital próprio	16	6.295	1.816
Despesas antecipadas	20	10.928	4.063	Adiantamentos de clientes		20.151	17.192
Partes relacionadas		2.453	852	Outros passivos circulantes	12	15.520	9.573
Outras contas a receber		18.048	17.074			883.471	800.301
		<u>1.190.485</u>	<u>1.058.279</u>	Não circulante			
Não circulante				Financiamentos e empréstimos	14	231.954	201.432
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9	-	16.738	Passivo de arrendamento	12	85.344	71.924
Impostos a recuperar	8	127	127	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	4.204	-
Depósitos judiciais	15	44.227	27.573	Impostos e contribuições	8	540	187
Outros ativos não circulantes		2.120	1.291	Provisão para litígios	15	1.661	34.454
		<u>46.473</u>	<u>45.719</u>			<u>323.703</u>	<u>307.997</u>
Imobilizado	10	80.071	72.412	Patrimônio líquido			
Intangível	11	9.820	4.645	Capital social	16	35.179	35.179
Arrendamentos - direitos de uso	12	97.959	84.347	Reservas de lucros	16	180.812	121.925
		<u>234.323</u>	<u>207.123</u>	Dividendos adicionais propostos		1.643	-
				Total do patrimônio líquido		<u>217.634</u>	<u>157.104</u>
Total do ativo		<u>1.424.808</u>	<u>1.265.402</u>	Total do passivo		<u>1.424.808</u>	<u>1.265.402</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)**

	Nota	Reserva de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais			
Saldos em 01 de janeiro de 2021		35.179	-	14.462	78.127	-	127.768	
Dividendos distribuídos	16	-	-	(14.462)	(10.368)	-	(24.830)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	133.919	133.919	
Destinações propostas:								
Reserva de incentivo fiscal		-	-	-	54.166	(54.166)	-	
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(8.085)	(8.085)	
Dividendos de capital distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	(7.668)	(7.668)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		35.179	-	-	121.925	-	157.104	
Transferência entre reservas	16.b	-	-	120.632	(120.632)	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	90.596	90.596	
Destinações propostas:								
Reserva legal	16.b	-	4.530	-	-	(4.530)	-	
Reserva de incentivo fiscal		-	-	-	1.277	(1.277)	-	
Reserva de lucros		-	-	53.080	-	(53.080)	-	
Juros sobre capital próprio	16.c	-	-	-	-	(2.400)	(2.400)	
Dividendos mínimos obrigatórios	16.c	-	-	-	-	(19.117)	(19.117)	
Dividendos intercalares distribuídos	16.c	-	-	-	-	(8.549)	(8.549)	
Dividendos adicionais propostos	16.c	-	-	-	-	1.643	1.643	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>35.179</u>	<u>4.530</u>	<u>173.712</u>	<u>2.570</u>	<u>1.643</u>	<u>217.634</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)**

**1. Informações gerais:** A Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S.A. ("Companhia"), possui sua matriz localizada na Rua Voluntários da Pátria, número 3303, Bairro São Geraldo, Porto Alegre, e possui um escritório corporativo localizado na Avenida Soledade, 10º andar do Ed. Carlos Gomes Center, número 550, Bairro Petrópolis, Porto Alegre. Iniciou suas operações em maio de 1997, com a atividade de comércio atacadista especializado em refrigeração doméstica, comercial e industrial buscando oferecer soluções completas em refrigeração e ar condicionado. Atualmente são 21 lojas, dois centros de distribuição, vendas online e atendimento em todo o Brasil. Importante destacar que em 08 de junho de 2022 acionistas deliberaram sobre a transformação da Companhia de "Limitada" para "Sociedade Anônima". Esse movimento foi efetuado visando dar um passo adicional em governança corporativa e buscando maior facilidade para captação de recursos financeiros.

**2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada em reunião de diretoria realizada em 31 de março de 2023.

**2.2 Conversão de moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda de apresentação da Companhia. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e reflete a contrapartida que a entidade espera ter direito em troca da transferência de produtos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Venda de produtos e venda de mercadorias:** A receita de venda de produtos, que são os que passam por processo de montagem/ industrialização, assim como as vendas de mercadorias, que são os produtos acabados adquiridos de fornecedores, são reconhecidos no resultado, quando o controle dos mesmos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. Além do comércio, a Companhia conta com pontos de vendas e a receita é reconhecida no resultado quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de débito, a prazo, com cartões de terceiros, e por financiamentos cedidos pela parte relacionada Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5 Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias: (1) Instrumentos financeiros ao custo amortizado; (2) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e (3) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a receber. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros ao custo amortizado com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, classificados a valor justo por meio do resultado (VJR). **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento também é reconhecido no resultado. Os principais passivos financeiros são: fornecedores, financiamentos e empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, adiantamento de clientes e outros passivos circulantes. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a custo amortizado, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, classificados como valor justo por meio do resultado. **(ii) Mensuração subsequente:** Ativos **Financieiros:** Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma

surte. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: As políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com base no desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o época dos fluxos de caixa; Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos financeiros (por exemplo, baseados no desempenho de um ativo). O pagamento antecipado de um instrumento financeiro é considerado um pagamento de principal e de juros caso o valor do pré-pagamento seja consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Ativos financeiros a VJR são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos **Financieiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou Transfere os direitos contratuais de recebimento de fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: — Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou — A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente exigível de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção "Hedge", esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção "hedge accounting". **2.6 Redução ao valor recuperável (Impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos:** **Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente se: O pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na

Receitas líquidas de vendas	Nota	2022	2021
Receitas das merc. vendidas e dos serviços prestados	17	2.066.586	1.936.230
Lucro bruto	18	(1.562.828)	(1.462.043)
Despesas (despesas) operacionais		503.758	474.187
Despesas comerciais	18	(190.128)	(182.652)
Despesas administrativas	18	(163.260)	(166.762)
Perda por redução ao valor recup. de contas a receber	6	(2.923)	(1.001)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	19	(13.456)	75.940
Resultados financeiros		133.919	199.712
Despesas financeiras	20	(212.049)	(124.001)
Receitas financeiras	20	101.053	92.656
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		(110.996)	(31.345)
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	22.995	168.367
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	88.544	(44.446)
Lucro líquido do exercício		(20.433)	9.998
		<u>90.596</u>	<u>133.919</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		90.596	133.919
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		<u>90.596</u>	<u>133.919</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)**

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	22.995	168.367
Resultado do exercício antes dos impostos sobre o lucro		
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	10.014	8.080
Depreciação arrendamentos - direitos de uso	21.767	19.706
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	(32.793)	-
Ajuste a valor presente em contas a receber	(1.415)	1.152
Ajuste a valor presente em fornecedores	(2.986)	(3.422)
Recuperação de créditos tributários	(1.949)	(81.137)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(805)	1.001
Provisão para perdas em estoques	1.143	1.231
Baixa de ativo imobilizado	3.017	



REFRIGERAÇÃO DUFRIO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO S/A - CNPJ nº 01.754.239/0001-10

continuação

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **b. Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **c. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. **2.12 Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários, férias, 13º salário, INSS e FGTS), plano de saúde e assistência médica e social. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base na taxa de juros média praticada pela Companhia nas suas operações de compra e venda a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber, quando aplicável, se dá em contrapartida da receita bruta no resultado, a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira, e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. O ajuste a valor presente de compras, quando aplicável, é registrado nas contas de fornecedores, estoque e custos, e a sua realização tem como contrapartida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores. **2.14 Subvenção e assistência governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistematizada nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas. **2.15 Arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos de arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.16 Novas normas e interpretações:** A Companhia não espera que as novas normas e interpretações de IFRS em exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); IFRS 17 Contratos de Seguros; Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1); IFRS 17 Contratos de Seguros; Divulgação de Definição de Estímulos Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 9).

**3. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **i. Operações de risco sacado:** apresentação de valores relacionados a acordos de financiamento de fornecedores no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa; **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos são incluídas nas seguintes notas explicativas: **a. Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; **4. Gestão de risco financeiro:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou qualquer ativo de risco. Os resultados obtidos com operações desta natureza são avaliados e aprovados pelas políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos da Companhia são descritas a seguir: **a. Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições de boa classificação de risco. **b. Risco de mercado:** Para contas a receber por vendas a Companhia possui ainda provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6. **b. Risco de preço das mercadorias vendidas:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado das mercadorias comercializadas pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** ocorre da escolha da estrutura de capital própria (dívidas e capital próprio) e o capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **d. Instrumentos financeiros e depósitos em bancos:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras consideradas de primeira linha autorizadas e aprovadas pela administração objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **e. Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu programa de compromissos, não gerando impactos de liquidez para a Companhia. A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 com base nos valores contábeis:

	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2022</b>					
Empréstimos e juros a incorrer	44.785	222.891	231.954	-	599.010
Fornecedores	306.253	134.536	8	-	440.797
<b>Menos de 3 meses</b>					
Empréstimos e juros a incorrer	186.585	110.340	201.432	-	498.357
Fornecedores	235.024	195.560	1	-	430.585

**f. Taxas de câmbio:** A Companhia, em relação aos empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 13), está exposta às variações do Real (moeda corrente e de apresentação - BRL) em relação ao Dólar. **g. Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. **h. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia opera com derivativos objetivando reduzir os riscos de suas operações de empréstimos em moeda estrangeira através da contratação de instrumentos financeiros que mitigam esse risco. A atuação da Companhia com derivativos dessa natureza está restrita à utilização de operações no mercado de balcão, como forma de reduzir a exposição ao risco cambial, não sendo utilizadas para fins especulativos. O

resultado financeiro obtido nesse tipo de transação é reconhecido contabilmente no ativo e passivo em conta específica e em contrapartida a rubrica de "Receita ou despesa financeira" no resultado do exercício (nota explicativa nº 20). **4.1 Classificação dos instrumentos financeiros:**

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Mensurado ao custo
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equiv. de caixa	23.355	22.490
Contas a receber	226.464	209.879
Adiantamento a fornec.	87.160	99.317
Outras contas a receber	18.048	17.074
Total	355.027	348.760
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	440.797	430.585
Adiantamento de clientes	6.295	13.008
Outros passivos circulantes	15.520	9.573
Empréstimos	599.910	498.357
Passivos de arrendam.	105.495	89.116
Instrum. financ. deriv.	6.849	-
<b>Total</b>	<b>1.168.017</b>	<b>1.040.639</b>

**4.2 Análise de sensibilidade:** A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros:

	2022	Risco	Provável	25%	50%
<b>Ativos financeiros</b>					
Aplicações financeiras - caixa e equivalente de caixa	20.749	CDI	23.411	22.745	22.081
<b>Passivos financeiros</b>					
Financiam. e empréstimos em dólar/Euro	599.910	Libor	525.367	536.553	547.738
Financiam. e empréstimos em reais	119.138	CDI	120.472	120.139	119.805
Financiam. operações c/ risco sacado (i)	358.854	n.a.	404.895	416.414	427.933
121.918	n.a.	-	-	-	-
<b>Exposição líquida</b>					
No resultado		(44.713)	(56.565)	(68.414)	-
<b>Índices utilizados</b>					
CDI - aplicação financeira	Redução da taxa	12,83%	9,62%	6,72%	
Libor	Incremento da taxa	1,12%	0,84%	0,56%	
CDI - financiamentos e empréstimos	Incremento da taxa	12,83%	16,04%	19,25%	

(i) As operações com risco sacado não sofrem influência da variação de índices de mercado pelo fato da taxa aplicada estar vinculada ao momento do fechamento da operação. (11) A taxa DI refere-se à relação entre a apuração oficial da CETIP (do dia 31 de janeiro de 2023) e a taxa SELIC atual aplicada sobre a projeção da taxa SELIC média para os próximos 12 meses. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de swap de parte de seus financiamentos em moeda estrangeira, a seguir é apresentada a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2022, o valor da exposição líquida vinculada a moeda estrangeira, apurado às seguintes taxas de câmbio: Euro 5,57 e Dólar 5,22, é representado por:

	2022	2021
Financiamentos e empréstimos em Euro - EUR	9.690	-
Financiamentos e empréstimos em Euro - BRL	53.974	-
Financiamentos e empréstimos em dólar - USD	12.484	19.040
Financiamentos e empréstimos em dólar - BRL	65.146	106.241
<b>Exposição líquida BRL</b>	<b>119.138</b>	<b>106.241</b>
USD	5,22	5,58
EUR	5,57	6,32

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio. A análise de sensibilidade das taxas cambiais utilizou como cenário provável as cotações em 17 de março de 2023, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa cotação de 25% e 50%, respectivamente. Para cada cenário foi calculado o resultado financeiro bruto não levando em consideração o impacto de tributos. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	2022	Cenário possível	Cenário remoto	
	2022	provável	25%	50%
<b>Operação</b>				
<b>Exposição líquida à moeda estrangeira</b>				
Valorização do euro	16.184	38.650	61.117	
Desvalorização do euro	-	(6.293)	(28.940)	
Valorização do dólar	16.184	38.650	61.117	
Desvalorização do dólar	-	(6.293)	(28.940)	
EUR - valorização	5,61	5,61	-	-
EUR - desvalorização	5,57	-	-	-
USD - valorização	5,26	5,26	3,55	2,37
USD - desvalorização	5,22	-	5,91	7,10

**5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2022	2021
Caixa e bancos	2.606	1.017
Aplicação financeira	20.749	21.473
<b>Total</b>	<b>23.355</b>	<b>22.490</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha, com rentabilidade no ano de 2022 65% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (65% para o exercício findo em 2021).

**6. Contas a receber:** O contas a receber da Companhia é assim composta:

	2022	2021
Clientes	278.412	284.048
Provisão p/ perda por redução ao valor recup. de contas a receber	(46.503)	(47.309)
Ajuste a valor presente	(5.445)	(6.860)
<b>Total</b>	<b>226.464</b>	<b>209.879</b>

Em 31 de dezembro, a análise do contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2022	2021
A vencer	223.589	204.359
Vencido:		
De 1 a 30 dias	3.684	8.656
De 31 a 60 dias	1.414	651
De 61 a 90 dias	1.823	1.690
De 91 a 120 dias	464	421
De 121 a 180 dias	567	830
Acima de 180 dias	46.870	47.441
<b>Total</b>	<b>278.412</b>	<b>284.048</b>

A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é assim demonstrada:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(47.309)	(46.308)
Adições/reversões	(2.118)	(1.098)
Recuperações/realizações	2.923	97
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(46.503)</b>	<b>(47.309)</b>

A movimentação do ajuste a valor presente segue abaixo:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(6.860)	(5.708)
Adições/reversões líquidas	1.415	(1.152)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(5.445)</b>	<b>(6.860)</b>

**7. Estoques:** A composição dos estoques da Companhia segue demonstrada abaixo:

	2022	2021
Mercadorias para revenda	536.581	466.374
Produtos acabados	115.813	76.247
Mercadoria em trânsito	34.444	67.188
Matéria-prima (i)	2.264	16.536
Embalagens	4.563	1.577
<b>Total</b>	<b>693.665</b>	<b>627.922</b>

	Terrenos	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos processamento de dados	Instalações	Imobilização em andamento	Beneficiárias em imóveis de terceiros	Total
<b>Custo</b>										
Em 1º de janeiro de 2021	164	1.306	9.335	5.287	31.555	8.761	511	733	8.608	66.260
Adições	-	-	3.146	5.511	1.931	2.820	93	6.982	9.621	30.104
Baixas	-	-	-	-	(1.140)	(6)	-	-	(770)	(1.916)
Saldo em 31/12/2021	164	1.306	12.481	10.798	32.346	11.575	604	7.715	17.459	94.448
Adições	-	-	1.854	4.187	2.380	3.784	50	1.618	4.471	18.344
Baixas	-	-	(114)	(731)	(1.216)	(178)	(47)	-	(367)	(2.653)
Transferências (i)	-	-	2.305	1.275	26	86	-	(7.437)	2.620	197
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>164</b>	<b>1.306</b>	<b>17.130</b>	<b>15.529</b>	<b>33.536</b>	<b>15.887</b>	<b>705</b>	<b>1.896</b>	<b>24.183</b>	<b>110.336</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>										
Adições	-	(527)	(4.138)	(1.436)	(2.656)	(5.206)	(86)	-	(1198)	(15.247)
Baixas	-	-	(954)	(729)	(3.646)	(1.597)	(58)	-	(452)	(7.436)
Saldo em 31/12/2021	-	(527)	(5.092)	(2.165)	(5.750)	(6.803)	(144)	-	(1.555)	(22.036)
Adições	-	-	(1.410)	(1.363)	(3.729)	(1.974)	(79)	-	(851)	(9.405)
Baixas	-	-	23	152	49	101	12	-	38	1.175
Transferências (i)	-	(527)	(6.479)	(3.376)	(8.629)	(8.676)	(210)	-	(2.368)	(30.265)
<b>Valor residual líquido</b>										
Saldo em 31/12/2021	164	779	7.389	8.633	26.596	4.772	460	-7.715	15.904	72.412
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>164</b>	<b>779</b>	<b>10.651</b>	<b>12.153</b>	<b>24.907</b>	<b>7.211</b>	<b>494</b>	<b>1.896</b>	<b>21.815</b>	<b>80.071</b>

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente sendo que para 31 de dezembro de 2022, a administração não identificou a existência desse indicativo que possa resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos, tampouco identificou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no exercício e não possui ativos retirados de uso e não classificados como mantidos para venda. (i) Valor transferido entre grupo ativo imobilizado e ativo intangível. Reclassificação entre as contas.

**11. Intangível:** Os ativos intangíveis da Companhia são basicamente compostos pela aquisição de licenças de programas destinadas às suas atividades operacionais e ainda pelo seu o ERP que está sendo substituído pelo Microsoft 365, o ERP atual (Microsoft Dynamics 2012) já se apresenta totalmente amortizado e estava em funcionamento desde 2015. Com essa troca a Companhia espera avançar em rapidez, conectividade, melhoria em seus processos e funcionalidades além de facilitar conexões com outras ferramentas de mercado por toda a nuvem permitindo dar ao sistema a dinâmica necessária para dar maior segurança e sustentar seu crescimento. A previsão para go-live completo está prevista para maio de 2023, sendo que algumas filiais já estão fazendo uso dessa ferramenta no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(i) O saldo de matéria-prima refere-se a peças de câmaras frias e painéis fotovoltaicos montados no cliente. Do saldo de estoques de mercadorias, a Companhia realiza ajuste para refletir a obsolescência de estoques, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(4.462)	(3.231)
Adições líquidas	(1.143)	(1.231)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(5.604)</b>	<b>(4.462)</b>

**8. Impostos a recuperar e a pagar:** A composição dos tributos a recuperar e a pagar é composta pelos seguintes tributos: **a. Impostos a recuperar:**

	2022	2021
ICMS	17.627	26.581



**REFRIGERAÇÃO DUFRIO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO S/A - CNPJ nº 01.754.239/0001-10** continuação

(i) Valor transferido entre grupo ativo imobilizado e ativo intangível. Reclassificação entre as contas.  
**12. Arrendamento - Direito de uso:** A movimentação dos ativos de direito de uso está abaixo apresentada.

	2022	2021
<b>Saldo Inicial</b>	<b>84.347</b>	69.663
Novos contratos	22.998	40.482
Reajustes contratuais	19.381	11.421
Contratos encerrados	(7.000)	(3.884)
Depreciação	(21.767)	(19.535)
Outros ajustes (i)		(3.800)
<b>Saldo final</b>	<b>97.959</b>	84.347

A movimentação dos passivos de arrendamento no exercício de 2022 e 2021 está abaixo apresentada.

	2022	2021
<b>Saldo Inicial</b>	<b>89.116</b>	69.663
Novos contratos	22.997	40.482
Reajustes contratuais	19.380	11.421
Contratos encerrados	(7.423)	(3.818)
Juros reconhecidos	10.405	7.501
Pagamento de juros	(10.405)	(7.501)
Pagamento de principal	(18.575)	(18.092)
Outros ajustes (i)	-	(10.541)
<b>Total</b>	<b>105.495</b>	89.116
<b>Circulante</b>	<b>20.151</b>	17.192
<b>Não circulante</b>	<b>85.344</b>	71.924

**14. Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos contraídos pela Companhia são divididos nas modalidades abaixo:

Contratos financeiros	Moeda	Indexador	Encargos financeiros a.a.	2022		2021	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	EUR	Libor + CDI	2,16% a 2,39%	53.974	-	-	-
Capital de giro	USD	Libor + CDI	1,56% a 4,11%	65.165	-	57.300	48.912
Capital de giro	BRL	CDI	1,83% a 3,58%	26.900	29.693	72.456	152.520
Debêntures	BRL	CDI	2,50%	-	101.403	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	BRL	CDI	2,00%	-	100.858	-	-
Risco sacado	BRL	n.a.	1,04% a 1,41%	121.917	231.954	167.139	-
				<b>367.956</b>	<b>231.954</b>	<b>296.925</b>	<b>201.432</b>

A Companhia reclassificou a operação de risco sacado, anteriormente apresentado em "Fornecedores", para a conta de "Empréstimos e financiamentos", procedendo com o ajuste em seu período comparativo, no valor de R\$ 167.139 em 31 de dezembro de 2021. A Companhia ajustou, também, as despesas relacionadas a risco sacado, anteriormente apresentadas como "custo de mercadoria vendida" para "despesas financeiras", no valor de R\$ 5.054 em 31 de dezembro de 2021. Tal ajuste foi realizado para refletir os efeitos de risco sacado nas operações da Companhia, dando maior clareza e divulgação dessas operações. Tais ajustes não resultaram em efeitos no total de passivos circulantes e no lucro líquido em 31 de dezembro de 2021, não impactou na conformidade das cláusulas restritivas existentes de empréstimos, assim como não resultaram em efeitos materiais na Demonstração dos Fluxos de Caixa, na Demonstração de Resultados Abrangentes e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. No ano de 2022, a Companhia captou R\$ 459.222 em novos empréstimos e liquidou R\$233.806 com o intuito de aproveitar linhas de crédito mais favoráveis e ainda alongar a dívida de longo prazo visando dar mais fôlego para suas atividades operacionais. Seguindo essa estratégia, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reclassificou R\$ 77.800 do passivo não circulante para o circulante, na intenção de liquidar esses empréstimos nos próximos 12 meses. O alongamento da dívida da Companhia, tanto para as debêntures quanto para os certificados de recebíveis imobiliários trouxeram consigo cláusulas restritivas ("covenants") vinculadas à performance (relação de dívida líquida/EBITDA em índice não superior à 3,5 vezes para o exercício) e à distribuição de dividendos ao acionista não ser superior à 35% do resultado do exercício antes de qualquer destinação. Em relação à performance, a redação de composição do EBITDA traz consigo a inclusão do resultado financeiro cabível à operação da Companhia, tal como descontos concedidos e juros recebidos de clientes e descontos recebidos de fornecedores e a exclusão de outros ganhos e perdas na avaliação de ativos, desde que sem efeito caixa. E em relação à distribuição de dividendos ao acionista vale mencionar que o percentual reduz para os próximos exercícios saindo dos 35% para o ano de 2022 para 30% em 2023 e 25% de 2024 em diante. Destaca-se que o índice real da Companhia em 31 de dezembro de 2022 ficou dentro dos limites estabelecidos em ambas cláusulas restritivas. Adicionalmente, há ainda um contrato adicional anterior à emissão das contratações de longo prazo (o qual a Companhia pretende quitar em 2023) que previa em suas cláusulas restritivas que a relação dívida líquida/EBITDA não se apresentasse em índice superior a 2,5 vezes para o exercício. Esse acordo por sua vez, considera como dívida apenas as dívidas bancárias (bilaterais), ou seja, sem considerar as operações com risco sacado. Destaca-se também que, considerando a métrica do cálculo prevista, o índice real da Companhia ficou dentro dos limites estabelecidos. Composição por vencimento dos empréstimos classificados no não circulante:

	2022	2021
2024	4.163	4.163
2025	946	946
2026	1.933	1.933
2027	39.768	39.768
2028	185.144	185.144
<b>Total</b>	<b>231.954</b>	<b>231.954</b>

**15. Provisões para litígios e depósitos judiciais: a. Provisão para litígio:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, civis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

	Provisão para litígios		Depósitos judiciais	
	2022	2021	2022	2021
Cível	294	415	222	284
Trabalhista	1.706	979	44.005	27.289
Tributário	206	33.060	44.005	27.289
<b>Total</b>	<b>1.661</b>	<b>34.454</b>	<b>44.227</b>	<b>27.573</b>

Os processos nos quais a Companhia é parte integrante podem ser divididos da seguinte forma: **Cíveis** - processos referentes a relação de consumo, principalmente, procedimento administrativo para a prescrição do INMETRO e ainda processos vinculados às vendas via E-commerce. **Trabalhista** - referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o artigo 62 da CLT que trata de atividade externa. **Tributário** - referem-se a provisões de riscos previdenciários e também relacionados à uma ação de mandado de segurança visando o reconhecimento do direito a não mais se submeter a exigência de recolhimento do Diferencial de Alíquota de ICMS nas operações interestaduais envolvendo mercadorias destinadas a consumidores finais não-contribuintes situados neste Estado. No total a Companhia possui 11 ações propostas nos seguintes estados: PR, RN, BA, PI, RS, PE, SC, CE, MG, RJ e SP, no total já foram depositados em juízo R\$ 60.524 sendo que o resultado obtido nos seguintes estados: SP, RJ e SC, totalizando R\$ 42 com o valor de R\$ 17.186 já devolvido à Companhia. Dado os recentes resultados favoráveis desses processos, a Companhia apoiada por seus assessores jurídicos, entende que o risco de perda alterou de provável para "remoto", e, desta forma, não se faz necessária a constituição de provisão. Por esse motivo a provisão constituída para o exercício de 2021 foi integralmente revertida em 2022. Segue abaixo a movimentação das contas de provisão:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	34.454	14.748
Adições	182	20.989
Recuperações/realizações	(32.975)	(1.283)
Saldo no final do exercício	1.661	34.454

A Companhia tem ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante estimado dos riscos trabalhistas classificados como possíveis é de R\$2.418 (R\$1.725 em 31 de dezembro de 2021), causas possíveis para civis é de R\$ 1.019 (sem efeitos 31 de dezembro de 2021) e tributários não é estimado nenhum risco (R\$12.579 em 31 de dezembro de 2021, relacionados a questionamentos sobre a utilização de crédito tributário de ICMS no estado do ES e que está em fase de defesa).

**16. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$35.179, composto por 35.179.422 quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas. O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado por deliberação de assembleia de acionistas ou em reunião de sócios, em que serão definidos os termos e condições do aumento de capital, será fixado o prazo de até 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência, e convocada a assembleia geral extraordinária ou a reunião de sócios para aprovar a correspondente alteração no estatuto social. **b. Reserva legal:** Do resultado do exercício foi destinado R\$ 4.530 para a conta de reserva legal perfazendo os 5% atribuídos em lei para a constituição dessa reserva. **c. Reserva de lucros: Reserva de lucros:** A partir do transito em juízo mencionado na nota explicativa nº 9 (*Processo de exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL*) a Companhia procedeu com a transferência do saldo de R\$ 120.632 da conta de Reserva de Incentivos Fiscais para Reserva de Lucros, por concluir, juntamente com o apoio jurídico, que a receita do crédito presumido de ICMS não está enquadrada nos critérios de tratamento como subvenções para investimento, sendo assim, dispensada de observar os requisitos da Lei Complementar 160. Como o processo não incluiu a Filial de Fortaleza, apenas o saldo vinculada à ela permaneceu com o esse tratamento. Foi destinado à conta de reserva de lucros os resultados remanescentes do período que somaram R\$ 53.080, perfazendo o total de R\$ 173.712 na referida reserva. **Reserva de incentivos fiscais:** A Empresa é beneficiária de programas de incentivos fiscais ligados ao ICMS nos seguintes estados: Fortaleza: PCDM - Programa de Incentivos às Centrais de Distribuição de Mercadorias conforme Decreto nº 32.438/2017. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa registrou no resultado o valor de R\$1.277. **d. Distribuição de lucros:** Em 2022, conforme previsto em seu estatuto, a distribuição aos acionistas R\$ 21.517 (sendo R\$ 19.177 de dividendos e R\$ 2.400 de juros sobre capital próprio) a título de dividendos mínimos obrigatórios (25%), esse montante é resultado do lucro líquido do exercício excluindo-se a destinação de 5% para a reserva legal. Adicionalmente foi deliberado em 30 de dezembro de 2022 em Assembleia Geral o montante adicional de R\$ 8.549 em dividendos intercalares do exercício corrente e após o encerramento do exercício foi proposto dividendos adicionais no montante de R\$ 1.643 somando um total em distribuição de R\$ 31.709 (R\$104.503 em 31 de dezembro de 2021). Os juros sobre capital próprio foram calculados e contabilizados de acordo com a Lei nº 9.249/95 no montante de R\$ 2.400 (R\$9.085 em 31 de dezembro de 2021) conforme informado acima. O benefício de Imposto de Renda e Contribuição Social, advindo da

(i) Em 2021 Companhia realizou a revisão dos cálculos de arrendamento. Como resultado dessa revisão, realizou o ajuste de ativo de arrendamento e passivo direito de uso, reconhecendo no resultado do período o montante de R\$ 3.258. Os valores reconhecidos no resultado do período decorrentes da aplicação normal estão apresentados nas notas explicativas 18 - Despesas por natureza e nota explicativa 20 - Resultado financeiro. Os valores apresentados na nota de despesas por natureza como despesas de aluguel são despesas de arrendamento classificadas como isenções da norma. A despesa corrente total com arrendamentos considerados isentos à norma totalizou R\$ 2.087 (R\$ 1.045 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia não possui contratos de subarrendamento e transações de retroarrendamento.

**13. Fornecedores:**

	2022	2021
Fornecedores nacionais	425.824	427.365
Contas a pagar	2.302	3.066
Frete a pagar	1.431	1.061
Partes relacionadas (nota 21)	28.905	13.772
Ajuste a valor presente	(17.665)	(14.679)
<b>Total</b>	<b>440.797</b>	<b>430.585</b>

Os fornecedores nacionais são compostos pelas compras realizadas para manutenção de seu estoque, já as contas e fretes a pagar são as despesas de curto prazo girando em média 45 dias para o pagamento. A movimentação do ajuste a valor presente é assim demonstrada:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	14.679	11.257
Adições	2.986	3.422
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>17.665</b>	<b>14.679</b>

dedutibilidade do valor dos referidos juros, lançado no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$816. A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%.

**17. Receita líquida de vendas:** É demonstrada a seguir a reconciliação entre a receita bruta e líquida:

	2022	2021
Receita bruta de vendas de mercadorias	2.267.526	2.061.452
Receita bruta de produtos	331.292	461.396
Receita bruta de vendas serviços	50	294
Devolução de vendas	(62.702)	(65.851)
Impostos sobre a venda	(410.755)	(461.688)
Ajuste a valor presente	(58.825)	(59.413)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.066.586</b>	<b>1.936.230</b>

As receitas da Companhia advém de vendas substancialmente para mercado interno.

**18. Despesas por natureza:**

	2022	2021
Despesas classificadas por função:		
Custos das mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados (i)	(1.562.828)	(1.467.097)
Despesas comerciais	(190.128)	(182.652)
Despesas administrativas	(163.260)	(166.762)
Depreciação e amortização	(1.916.216)	(1.816.511)
Depreciação ativo direitos de uso	(10.014)	(8.080)
Despesa com pessoal	(21.767)	(19.535)
Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.562.828)	(1.467.097)
Honorários da administração	(4.176)	(3.732)
Demais despesas operacionais	(148.410)	(159.087)
	(1.916.216)	(1.816.511)

(i) O impacto dos rebates no custo da mercadoria vendida foi positivo no valor de R\$ 39.628 (R\$ 33.379 em 31 de dezembro de 2021) desses R\$ 4.306 ainda não havia sido recebido em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 6.030 em 31 de dezembro de 2021) e encontra-se em aberto na linha de "Outras contas a receber" no balanço patrimonial apresentado.

**19. Demais receitas/despesas operacionais:**

	2022	2021
Perdas na alienação e baixa do imobilizado	556	(403)
Recuperação de créditos tributários (i)	1.949	81.137
Resultado com venda de sucata	(1.408)	(1.163)
Honorários referentes a ganhos tributários não recorrentes (ii)	9.541	-
Outros ganhos ou perdas	(4.146)	(3.359)
Saídas em bonificação	(866)	(272)
<b>Total</b>	<b>(13.456)</b>	<b>75.940</b>

(i) Em 2021 a Companhia registrou em fevereiro de 2021 o valor de R\$ 81.137 referente ao processo tributário que trata da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS do período de 12/2009 até 02/2020 e 06/2020 após o trânsito em julgado, esse valor foi mensurado com base nos arquivos fiscais de venda do período objeto da ação judicial, conciliados com as informações contábeis e obrigações acessórias. (ii) Honorários referentes aos ganhos tributários explicados na nota 9a.

**20. Resultado Financeiro:**

	2022	2021
<b>Receitas financeiras:</b>		
Variação monetária ativa (i)	27.468	27.721
Juros ativos sobre clientes e mútuo	5.120	4.100
Descontos recebidos	277	467
Ajuste a valor presente clientes	60.240	58.261
Instrumentos financeiros - swap	4.535	1.381
Operações com provisão	3.413	726
Juros sobre aplicações financeiras	101.053	92.656
<b>Despesas financeiras:</b>		
Variação cambial sobre empréstimos	-	(8.159)
Juros passivos sobre empréstimos	(47.811)	(23.019)
Despesa com adm de cartões de crédito	(21.289)	(17.972)
Instrumentos financeiros - swap	(18.192)	-
Operações com provisão	(4.470)	(2.013)
Demais despesas com juros	(905)	(348)
Descontos concedidos	(172)	(576)
IOF	(2.001)	(1.468)
Despesas bancárias	(1.146)	(1.224)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.687)	(1.535)
Despesas com financiamentos	(43)	-
Juros sobre arrendamento - direito de uso	(10.405)	(7.501)
Ajuste a valor presente fornecedores	(56.853)	(39.630)
Juros antecipação de recebíveis de marketplaces	(26.441)	(14.410)
Juros sobre risco sacado	(18.468)	(5.054)
Outras despesas financeiras	(2.166)	(1.047)
	(212.949)	(124.001)
	(10.996)	(31.345)

(i) Conforme mencionado na nota explicativa anterior no rodapé "i", em 31 de dezembro de 2021 foi registrado o ganho referente ao processo tributário que trata da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS do período de 12/2009 até 02/2020 e 06/2020 após o trânsito em julgado, desse ganho R\$ 27.721 refere-se à atualização monetária (Selic) de todo esse período.

**21. Saldos e transações com partes relacionadas:** A Companhia mantém transações com partes relacionadas com as seguintes Companhias: **Hulter Indústria e Comércio de Peças para Refrigeração Ltda.** - Companhia que atua na produção de peças com origem na indústria metal-mecânica para o mercado de refrigeração, climatização (HVAC) e ferramentas. **Defrio Comércio de Gases Ltda.** - Companhia que atua na importação de produtos químicos e petroquímicos por conta e ordem da Dufrio; **Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.** - Instituição financeira que busca promover e facilitar o acesso dos clientes da Dufrio à linhas de crédito específicas além de outros produtos financeiros disponíveis para o público externo. **Friomaster Participações S.A:** Holding da Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A sendo uma Companhia de capital fechado que tem como objeto social a atividade de administrar os bens próprios da sociedade além de possuir participação de 100% do controle das empresas acima mencionadas "Hulter" e "Defrio". Os saldos em aberto da Companhia é apresentada na tabela a seguir:

	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Ressarcimento Dufrio Financeira	1.090	852
Ressarcimento Hulter Indústria de Peças	1.363	411
Contas a receber - Hulter	2.453	1.011
		1.364
<b>Passivo</b>		
Dividendos e JCP a pagar - Friomaster	-	(1.816)
Fornecedores - Dufrio Financeira	(659)	(34)
Fornecedores - Defrio	(25.181)	(12.707)
Fornecedores - Hulter	(1.422)	(1.031)
	(28.905)	(15.588)
<b>Resultado</b>		
Faturamento - produtos Hulter	43.535	33.712
CMV - compras - produtos Hulter	(30.141)	(41.973)
CMV - compras - Serviços Defrio	(147)	(203)
Ressarcimento de despesas administrativas Hulter	1.363	411
Ressarcimento de despesas administrativas Dufrio Financeira	1.090	852
	15.700	(7.201)

A Companhia possui títulos a pagar junto a parte relacionada Defrio Comercial de Gases Ltda. em virtude de importações por conta e ordem que realiza por seu intermédio. **a. Remuneração do pessoal chave da Administração:** O pessoal-chave da administração inclui somente os administradores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2022	2021
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados e despesas com assistência médica)	3.480	3.110
Seguridade social	696	622
<b>Total</b>	<b>4.176</b>	<b>3.732</b>

Exceto pelo pró-labore, a Companhia não pagou as suas pessoas chave da administração, remuneração em outras categorias de (i) benefícios de longo prazo; (ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iii) remuneração baseada em ações. Esses montantes estão contabilizados no resultado do exercício, na rubrica de "Honorários da Administração".

DIRETORIA	
Dagoberto Artêmio Zanon Diretor	Guillermo Zanon Diretor

CONTADOR	
Rodrigo Hepfner Contador - CRC/RS-101671/O	

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Diretores da **Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S.A.**  
 Porto Alegre - RS

**Opinião com ressalvas:** Examinamos as demonstrações financeiras da Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dufrio Comércio e Importação S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalvas:** Conforme nota explicativa 08, em 10 de agosto de 2020, a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, e garantindo, dessa forma, o direito à compensação dos valores recolhidos desde dezembro de 2009. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mensurou e reconheceu o correspondente ativo relacionado aos créditos tributários decorrentes da ação judicial no montante de R\$ 107.160 mil, sendo R\$ 81.138 mil referente ao principal e R\$ 26.022 mil referente à atualização monetária, além de obrigações de honorários de sucesso advocatícios relativos as referidas ações judiciais no montante de R\$ 10.772 mil. Consequentemente, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as rubricas de outras (despesas) receitas operacionais líquidas e receitas financeiras estão apresentadas a maior em R\$ 81.138 mil e R\$ 26.022 mil, respectivamente, e as rubricas de despesas administrativas e a despesa de impostos de renda e contribuição social estão apresentadas a menor em R\$ 10.772 mil e R\$ 32.772 mil, respectivamente. Em decorrência desse assunto, a nossa opinião sobre as demonstrações

# PUBLICIDADE LEGAL

## Mega Negócios Imobiliários S/A

CNPJ 87.819.306/0001-52 - NIRE 43 3 0001885 7  
**CONVOCAÇÃO:** Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária à realizar-se às 10:00h do dia 26 de abril de 2023, na sede social da Empresa sita à Rua Marechal Floriano 1094A, em Caxias do Sul RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:  
I) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31.12.2022. b) Deliberar sobre a destinação do lucro e distribuição de Dividendos. c) Outros assuntos de interesse social.  
Caxias do Sul, 15 de março de 2023. **A Diretoria.**

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

**COMERCIAL CESA S/A**  
CNPJ 88.614.235/0001-14 - NIRE 43 3 0001455 0  
**CONVOCAÇÃO:** Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 10:30h, do dia 26 de abril de 2023, na sede social da Empresa sita à Rua Marechal Floriano 1094, em Caxias do Sul RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:  
I) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2022. b) Deliberar sobre a destinação do lucro e distribuição de dividendos. c) Outros assuntos de interesse social.  
Caxias do Sul, 18 de março de 2023. **A Diretoria.**

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

